

# III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Por um projeto classista  
e democrático de educação

## Relatório Final



## RELATÓRIO DO III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - III ENE

### INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta a síntese final do III Encontro Nacional de Educação (III ENE) realizado entre os dias 12 a 14 de abril de 2019, em Brasília (DF), no Centro Comunitário Athos Bulcão, da Universidade de Brasília (UnB). O III ENE foi organizado pela Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) e teve como objetivo aprofundar o diagnóstico do projeto do capital para a educação, tendo como perspectiva a construção de um Plano Nacional de Educação da classe trabalhadora, tomando como base a análise crítica e a atualização do PNE da Sociedade Brasileira.

Compõem este relatório: (1) a declaração política do III ENE; (2) o relatório de atividades realizadas durante o III ENE; (3) a prestação de contas do III ENE; (4) o relatório das outras atividades realizadas durante o III ENE; (5) os relatórios de 13 etapas preparatórias ao III ENE; (6) as moções aprovadas pelo III ENE.

Antecedeu o III ENE as Etapas Estaduais em Amapá/AP (27 a 29/03/19), Amazonas/AM (22 e 23/03/19), Bahia/BA (30 e 31/03/19), Ceará/CE (23/03), Distrito Federal/DF (29 e 20/03/19), Espírito Santo/ES (14 e 15/09/18, 11/18, 03/19) Goiás/GO (29 e 30/03/19), Maranhão/MA (23 e 24/11/2018), Mato Grosso do Sul/MT (15/03), Minas Gerais/MG (21/03/19), Paraíba/PB (30/03/19), Paraná/PR (30/03/19), Piauí/PI (29 e 30/03/19), Rio de Janeiro/RJ (23 e 24/03/19), Rio Grande do Norte/RN (29/03/19), Rio Grande do Sul/RS (24, 25 e 26/08/18), Santa Catarina/SC (30/03/10), São Paulo/SP (23/03/19) e Sergipe/SE (25/03/19). Dos Encontros Preparatórios, treze Estados encaminharam os relatórios, a saber: Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe, cujos relatórios seguem anexos.

O III ENE teve aproximadamente 1.200 participantes, entre funcionário(a)s, técnico(a)-administrativo(a)s da educação, professore(a)s da educação básica e educação superior, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo e da cidade e de luta contra as opressões, centrais sindicais, organizações políticas, associações, grupos de pesquisa, fóruns em defesa da escola pública e a Frente Nacional Escola sem Mordada.

Vale destacar que a comissão organizadora do III ENE havia reservado o espaço para a realização do evento há, pelo menos, um ano antes junto à administração da UnB, por meio de ofício e preenchimento de formulário no sistema. Faltando poucos dias para o evento, a comissão organizadora foi informada pela administração da Universidade de que não seria mais possível realizar as atividades do dia 12 de abril, ou seja, no primeiro dia do III ENE, no local reservado, a saber, o Centro Comunitário Athos Bulcão, pois seria realizada uma formatura. Após a avaliação da CONEDEP, a comissão organizadora teve que adequar os espaços para garantir as atividades no primeiro dia do III ENE, como a mesa de abertura e a mesa 1, que ocorreram na área que seria utilizada para alojamento. Desde o início do primeiro dia, houve orientação

à(o)s participantes para que não alocassem seus pertences na área e nem armassem as barracas ao longo dia, pois ao final das atividades do dia 12 de abril, por volta das 20h30, como estava previsto na programação, a área seria liberada para alojamento. No entanto, mesmo com as orientações, o(a)s estudantes acabaram ocupando a área e quando do início da tarde do dia 12/4 caiu uma forte chuva, que perdurou pelo resto da tarde e parte da noite, a programação teve que ser suspensa para readequar a infraestrutura, implicando na alteração da programação inicial. No dia seguinte, 13 de abril, as atividades foram retomadas no Centro Comunitário Athos Bulcão.

## **DECLARAÇÃO POLÍTICA DO III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

O III Encontro Nacional da Educação reuniu mais de 1200 pessoas de todo o país para discutir os rumos da luta por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Mais do que em qualquer outro momento, foi um encontro marcado pelo reconhecimento de uma dupla tarefa para lutadoras e lutadores que atuam em defesa da educação pública e gratuita: avançar no debate de um projeto classista e democrático de educação e, ao mesmo tempo, resistir contra o programa da extrema-direita a serviço do capital.

Educadoras e educadores, estudantes, técnico-administrativos, funcionários, lutadoras e lutadores de todo o país se reuniram para discutir os desafios da luta em uma conjuntura marcada pela nomeação de um Ministro da Educação que tem experiência atuando em favor de banqueiros e especuladores, mas não tem qualquer acúmulo ou experiência na educação, pelo fuzilamento de uma família de negras e negros por forças militares, pelo crescimento assustador no número de feminicídios, por diversos ataques contra grupos LGBTQ, povos indígenas e quilombolas e a classe trabalhadora em geral e, finalmente, pela tentativa do atual governo de aprovar a toque de caixa uma nefasta Reforma da Previdência.

Banqueiros e patrões atacam os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora para enriquecerem com a privatização da educação e o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora. Contra tudo isso, a classe trabalhadora e a juventude mostraram diversas iniciativas de resistência. Exemplos disso foram: a importante Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora em 20 de fevereiro; as manifestações massivas e paralisações em favor dos direitos das mulheres no dia 08 de março; as ações no dia 14 de março para lembrar o brutal assassinato de Marielle Franco por milicianos e para lutar contra a criminalização de movimentos, lutadoras e lutadores sociais; e o dia nacional de lutas contra a reforma da previdência em 22 de março. Estes são apenas alguns exemplos que mostram a disposição de resistência da classe trabalhadora e que, acima de tudo, revelam que só a atuação organizada e unitária da classe trabalhadora e da juventude por meio de seus fóruns, centrais, frentes, sindicatos, organizações e movimentos autônomos e democráticos pode derrotar e reverter os avanços da extrema-direita. Sem isso, a construção de uma greve geral para defender os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora não será possível.

Ao longo de três dias aprofundamos as discussões sobre as bases necessárias para construir um projeto democrático e classista de educação. A necessidade deste projeto parte do reconhecimento de que os avanços da extrema-direita foram pavimentados pelo fracasso da política de conciliação de classes. Esta, além de ter preparado as derrotas que abriram espaço para a extrema-direita, contribuiu para que os acúmulos históricos de organizações, movimentos e militantes da educação fossem pervertidos em um Plano Nacional de Educação (PNE) que fez inúmeras concessões ao setor privado e às bancadas conservadoras que hoje atuam em favor do movimento Escola sem Partido, da Educação Domiciliar e outros projetos do capital para a educação. Por sabermos que a formação e o enriquecimento da individualidade humana só podem ocorrer por meio da socialização do patrimônio histórico acumulado pela humanidade, lutaremos

cotidianamente para afirmar a educação pública e gratuita como um direito fundamental da classe trabalhadora que deve ser defendido por todas e todos que buscam emancipação humana.

A desqualificação da atividade docente, as tentativas de cerceamento da liberdade de ensinar e aprender, a privatização e a precarização da educação são alguns exemplos das incursões do capital que contam com o apoio de fundamentalistas, obscurantistas e outros agentes da direita que querem restringir a formação humana aos interesses de empresários, patrões e seitas religiosas. O desmonte da educação pública e gratuita é parte de uma ofensiva contra os serviços públicos, os quais são estratégicos para assegurar melhores condições de vida para a classe trabalhadora e para a juventude. Por isso, nossas elaborações sobre um projeto classista e democrático de educação não podem se dar de forma separada das lutas unitárias com todas e todos que lutam contra o desmonte dos serviços públicos, contra a retirada de direitos e por igualdade social.

Os debates sobre a construção de um projeto classista e democrático de educação acumularam na formulação de princípios fundamentais e ocorreram em grupos com a finalidade de atualizar do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. A síntese dos grupos é apresentada a seguir.

### **Conhecimento, currículo e avaliação**

Partindo da proposta de combater uma avaliação em larga escala, meritocrática e em favor do capital as discussões do grupo, com a finalidade de defender um conhecimento contra a domesticação para o trabalho e a alienação da capacidade de reflexão crítica e criativa, destacaram os elementos necessários para assegurar a autonomia das comunidades escolares na organização de seus projetos pedagógicos e suas formas de avaliação. Estas devem ser condizentes com as necessidades e os objetivos educativos de cada contexto, estabelecidos pelos próprios trabalhadores da educação, professores, técnicos, funcionários, estudantes e comunidade. Assim, as discussões no grupo abordaram o combate à adequação do conhecimento, do currículo e da avaliação às necessidades do capital. Para tanto, foram destacados aspectos como a revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio, defesa de um projeto classista e libertário de educação, defesa da autonomia escolar contra o gerencialismo nas escolas, atualização do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, defesa do ensino, pesquisa e extensão na educação básica.

### **Formação de trabalhadores da educação**

O grupo problematizou os processos formativos instados pelo Estado. Foram debatidos os impactos da agenda do capital na formação dos professores, a saber: precarização do ensino, cursos curtos e técnicos, proliferação do ensino a distância de diversos cursos, ampliação dos cursos de graduação em universidades privadas, falta de formação continuada e distanciamento das redes de ensino básico em relação à universidade. Também se debateu a necessidade de se repensar o processo de formação dos professores pautado em um projeto de educação classista e democrático alicerçado na defesa do ensino presencial, público, gratuito e de qualidade. Dessa forma, o programa de formação de professores deve ser crítico e

criativo, atrelado às lutas da classe trabalhadora, retomando a proposta de formação continuada, articulada com a formação inicial, buscando o desenvolvimento profissional. Tal proposta deve: a) articular diferentes instituições, sistemas de ensino, escolas e universidades que são instituições com uma tradição na formação de trabalhadores da educação; b) considerar as necessidades dos trabalhadores da educação e da prática educativa; c) articular as dimensões políticas, teóricas e práticas; d) garantir diretrizes para formação dos professores e combater a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todos os níveis; e) revisar as ementas dos cursos de licenciaturas.

### **Trabalho na Educação e Condições de Estudo**

Contra a precarização do trabalho na educação e das condições de vida de estudantes, foram discutidas estratégias para forjar a unidade entre técnicos, estudantes e professores, além de propostas para garantir condições de trabalho e estudo, combater as incursões privatistas e expansão desordenada e a intensificação ou flexibilização da exploração. As discussões denunciaram realidades locais marcadas por uma série de características comuns: precarização dos contratos, extinção de concursos, atraso de salários, terceirização, militarização das redes de educação, ampliação irrestrita da EaD, ausência de garantias de acesso e permanência, adoecimento de professores e estudantes, situações de assédio e patrulhamento ideológico. Algumas estratégias para garantir o acesso e a permanência de estudantes, assim como melhores condições de trabalho foram destacadas: apoiar cursinhos populares, gestão e eleição democrática de dirigentes, buscar unidade entre os três segmentos caracterizada por relações marcadas por solidariedade mútua, promover a identidade de classe de trabalhadoras e trabalhadores da educação, combater o privatismo e o liberalismo na educação, utilizar a extensão como espaço de formação política. Destaque especial foi dado para a centralidade da luta contra reforma da previdência e a construção da greve geral.

### **Universalização da Educação, Acesso e Permanência.**

O grupo de trabalho avaliou como tem se dado o processo de implantação de políticas de universalização, acesso e permanência dos estudantes das instituições de ensino públicas no Brasil, especialmente aquelas e aqueles que são mais atingidos pelos cortes: negras e negros, indígenas, quilombolas e outros grupos historicamente excluídos. Foi apontado como os cortes de verbas públicas para as instituições públicas de ensino e as precárias condições de permanência na educação básica têm ampliado a evasão no ensino básico e superior ao longo dos anos. Foi destacado como a ausência de creches universitárias para filhos e filhas de estudantes durante as aulas tem se apresentado como um desafio à permanência estudantil. Foi debatida a necessidade de políticas de garantia de permanência estudantil como políticas efetivas de universalização da educação em todos os níveis e modalidades, com a ampliação de recurso ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), a garantia de restaurantes universitários, alojamentos, creches, passe-livre, ampliação das bolsas de permanência. Apontou-se para a necessidade de acompanhamento social e psicológico aos estudantes como forma de evitar o agravamento de doenças mentais e situações extremas, como o suicídio. Também foi destacada a necessidade de se combater o capacitismo e de se defender uma educação inclusiva com políticas de acessibilidade aos estudantes com

deficiência. Faz-se necessário buscar formas de ampliação das políticas afirmativas com garantias de permanência, como cotas sociais, raciais e para pessoas com deficiência. Foi apontada ainda a necessidade da luta contra o fechamento das escolas do campo e a necessidade de políticas de permanência dos estudantes nessas escolas.

### **Gestão/Organização do Trabalho Escolar**

No grupo foram discutidas as principais dificuldades para a gestão e organização do trabalho escolar nas realidades locais: ausência de concursos, salários baixos e atrasados, escassez de material escolar, destruição e militarização das escolas, ingerências e incursões de empresas privadas sobre o trabalho escolar no cotidiano, problemas de financiamento, aprofundamento da terceirização e da privatização por meio das Organizações Sociais (OS), implementação do ponto eletrônico/biométrico, aprovação do Escola sem Partido em alguns municípios, ausência de autonomia dos trabalhadores na organização do trabalho pedagógico, parcerias público-privadas, propostas de redução do ensino médio integrado e ausência de autonomia na gestão e organização. Em resposta a isso foram pensadas propostas como a construção de lutas contra: o controle do trabalho (como o ponto eletrônico/biométrico); a redução da autonomia da gestão e da organização do trabalho escolar; a BNCC e programas como a Residência Pedagógica; intervenções da Polícia Militar (PM) e do judiciário nas instituições educacionais. É importante incorporar formas de organização da Educação gestadas democraticamente e contando com a participação e o controle da comunidade escolar.

### **Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais**

As discussões nos grupos de Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais caminharam destacando a especificidade e a transversalidade das discussões de gênero, diversidade sexual, orientação sexual, étnico-raciais e da pessoa com deficiência, o que significa defender a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada como instrumento de luta contra as opressões e de conscientização. Destacou-se a necessidade de um enfrentamento direto às políticas que visam afastar as questões ligadas a gênero, sexualidade, orientação sexual, capacitismo e questões étnico-raciais das instituições educacionais. As propostas para combater opressões de gênero, LGBTfóbicas, racistas e capacitistas foram: o desenvolvimento de estratégias de articulação entre escola e comunidade; permanência de disciplinas que promovem conhecimento crítico (sociologia, filosofia, educação física, literatura, artes, história etc.); criação de espaços de formação contra opressões com a participação de homens brancos e cisgêneros; definir estratégias de enfrentamento e denúncia ao assédio sexual nas instituições educacionais; garantir políticas de permanência para estudantes LGBTQ expulsos de casa; dar visibilidade às diversas minorias; construção de instrumentos como comitês, frentes e comissões em defesa dos direitos das mulheres, população LGBTQ, negras e negros, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, ciganos, pessoas com deficiência; dar centralidade à luta em defesa da criação de leis de cotas para os diversos segmentos já citados neste documento, assim como a manutenção das leis 11645/08 e 12990/14 por serem medidas importantes para a luta contra o racismo; a defesa da educação especial e inclusiva; readequações estruturais dos espaços

educacionais promovendo acessibilidade; estimular a produção de materiais que oportunizem o acesso ao conhecimento para pessoas com deficiência. Além disso, destacou-se que a construção da greve geral deve buscar articular a pauta econômica com a luta contra as opressões e deve se dar utilizando metodologias que dialoguem com as várias lutas contra as diversas opressões.

### **Financiamento da Educação**

Os grupos sobre Financiamento da Educação abordaram a centralidade do tema para a construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A partir da problematização da privatização da educação e do desvio de recursos públicos para os bolsos de banqueiros e patrões, os grupos destacaram as seguintes reivindicações: realização de uma auditoria da dívida pública com vistas à ruptura com o sistema da dívida pública; revogação da EC 95/2016 que estabelece o teto dos gastos sociais; defesa da imediata aplicação de 10% do PIB na educação pública, incluindo as três esferas governamentais; luta pela reforma tributária progressiva; divulgação de informações e dados que desconstroem a ideia de que há déficit na previdência e não há recursos públicos; lutas pelo financiamento público da ciência e tecnologia públicos; combate à renúncia e a sonegação fiscal; luta contra a cobrança de mensalidades ou taxas nos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades públicas; desenvolvimento de estudos sobre o financiamento da educação pública e gratuita; reafirmação de que recursos públicos devem ser aplicados integralmente no ensino público; defesa de que verbas públicas previstas para a educação (como o orçamento que foi previsto para o FUNDEB) sejam de fato destinadas à educação pública e gratuita; consolidação do PNAES e expansão do programa; debate e combate ao decreto 9725/19 em âmbito nacional.

### **Democracia e autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra**

O grupo debateu os processos históricos que culminaram na conquista da liberdade de cátedra, do direito de aprender e da democratização dos espaços da escola e da universidade. Também foi analisada a conjuntura atual de avanço ultraliberal e dos ideais conservadores que têm agravado a perseguição dos docentes e aumentado as ameaças à democracia nas instituições de ensino. Foi identificado que é fundamental a construção de redes de solidariedade e apoio aos professores perseguidos por apologistas do Escola sem Partido promovendo a defesa política e jurídica desses docentes, assim como, do fortalecimento da Frente pela Escola sem Mordaça. Também foi debatido o avanço da militarização e o impacto na democracia interna das escolas. Outro aspecto que tem ferido a autonomia universitária e a gestão democrática das instituições de ensino diz respeito à eleição de reitores, com o não respeito ao resultado das consultas à comunidade e o respeito a nomeação dos primeiros colocados nas listas tríplices.

### **Organização da classe trabalhadora**

Os grupos sobre reorganização da classe trabalhadora refletiram sobre as lutas e a organização necessária para enfrentar os reiterados ataques da agenda neoliberal contra a educação; o processo de uberização da educação; a reforma da previdência; a Escola sem Partido e outros ataques contra a classe trabalhadora. Tudo isso demanda a construção de uma ampla greve geral para barrar a reforma da previdência. Parte fundamental deste processo é o fortalecimento da unidade das centrais e fóruns já



existentes ou, aonde for necessário, construir tais espaços para enfrentar os ataques do governo. Essas iniciativas devem se dar em todos os níveis, desde os mais gerais aos mais locais e devem buscar o desenvolvimento de estratégias para informar a população sobre a reforma da previdência, o rombo da dívida pública e ataques do governo. Discutiu-se, também, sobre ações para integrar os diferentes setores da classe trabalhadora na educação e propostas de organização de trabalhadores informais, terceirizados e temporários. Finalmente, destacou-se que no processo de reorganização da classe trabalhadora, medidas como o estreitamento da parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida Pública e a criação de mídias alternativas são passos fundamentais.

### **Plano de lutas**

Além dos acúmulos para o projeto classista de educação, o III ENE avançou nas articulações necessárias para organizar a luta contra os ataques neoliberais da extrema-direita. Neste sentido, as nossas resoluções foram:

- Intensificar esforços para a construção de um calendário nacional de lutas e ações nos locais de trabalho, estudo e moradia para barrar a contrarreforma da previdência.
- Rumo à construção da greve geral para derrotar os ataques da extrema-direita.
- Construção de semana nacional de paralisação da educação em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos e contra a reforma da previdência.
- Defender o direito irrestrito de organização de lutas e movimentos sociais, manifestações e greves e lutar contra a criminalização de lutadoras e lutadores sociais.
- Manter a luta pela revogação da contrarreforma trabalhista, Emenda Constitucional 95/2016 e outros ataques que retiraram direitos da classe trabalhadora e resultaram na precarização dos serviços públicos.
- Aprofundar os esforços de luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra e ensino, assim como continuar construindo a Frente Nacional Escola Sem Mordaça como experiência unitária para defender um projeto classista e democrático de educação.
- Combater e denunciar a educação domiciliar reafirmando o projeto de educação como direito social básico que deve ser de responsabilidade pública.
- Combater o processo de militarização da educação.
- Defender eleições democráticas para escolha de dirigentes e combater todas as tentativas de eliminar a gestão democrática e a autonomia das instituições públicas de educação.
- Defender as escolas e a educação no campo, assim como o projeto de educação construído nos movimentos populares. Sabendo que essa pauta não será realizada no nível atual de organização e consciência da classe trabalhadora e da juventude, afirmamos a importância do trabalho de base e a centralidade da unidade para que entidades e movimentos sociais avancem na luta contra a extrema-direita, em favor da educação pública e gratuita e por uma outra sociedade para além do

individualismo imediatista, contra as opressões e para além do capital.

### **Calendário**

- Semana de paralisação da Educação de 22 a 29 de abril de 2019, com ênfase no dia 24/04 como dia de greve da educação contra a reforma da previdência.
- 01 de maio unitário das centrais contra os ataques da extrema-direita.
- Por uma greve geral em maio (indicativo para 15 de maio).
- Construir o dia 28/06 como dia nacional de lutas contra LGBTfobia.
- Construir o dia 21/09 como dia nacional de lutas em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e de combate ao capacitismo.

Brasília (DF), 14 de abril de 2019

## ATIVIDADES DO III ENE

Na manhã do dia 12 de abril de 2019, ocorreu o credenciamento/acolhimento das caravanas e aconteceu a Mesa de Abertura, coordenada por Elizabeth Barbosa (ANDES-SN) e Sirlene Maciel (CSP-Conlutas). Participam desta Mesa as entidades da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP), representadas por Antônio Gonçalves (ANDES-SN), Toninho Ferreira (FASUBRA), Camila Marques (SINASEFE), Ester Lemos (ABEPS), Daniela Neves (CFESS), Lucelma Braga (ABEM), Gabriel Henrici (UNE), José Júnior (FENET), Aline (ANEL) e Joaquina de Oliveira (CSP-CONLUTAS). Feitas as falas de saudação pelas coordenadoras da Mesa e explicada a metodologia do Encontro, as entidades nacionais realizaram suas saudações. As companheiras Claudia Baigorria (CONADUH) e Romina Del Plá (Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Buenos Aires e Deputada Federal), que participavam como convidadas no evento, fizeram suas saudações, bem como o companheiro Pedro Mara, professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que fez uma fala de denúncia da sua exoneração, da perseguição e das ameaças que vem sofrendo pela Secretaria Estadual de Educação. Finalizadas as saudações, foi declarado aberto o III ENE.

À tarde, teve início, às 14h30, a Mesa 1, com o debate: *Capitalismo e Educação – Lutas internacionais e nacionais pela educação pública*, com a participação das professoras Virgínia Fontes (UFF), Maria de La Luz Arriaga (México) e Nara Cladera (França). A coordenação foi feita por Lucelma Braga (ABEM), Gabriel Henrici (UNE). As falas das professoras Maria de La Luz Arriaga e Nara Cladera foram feitas, as quais apresentaram o cenário internacional das lutas em defesa da educação pública superior e básica, com destaque para América Latina e Europa. Devido as fortes chuvas que ocorreram naquele momento, a Mesa 1 foi interrompida e o evento ficou suspenso até a manhã do dia 13 para que os problemas de infraestrutura fossem solucionados, garantido que na Mesa 2 a fala da professora Virginia Fontes seria proferida.

Na manhã do dia 13 de abril, ocorreu o debate da Mesa 2, coordenada por Magda Furtado, do Sinasefe, e Toninho Ferreira, da Fasubra. O tema foi *Os ataques à educação pública e a reafirmação do projeto classista*, com a participação do professor Fernando Penna e da professora Virgínia Fontes, ambos da UFF. A Mesa 2 sofreu um ajuste para incorporar a fala da professora Virgínia Fontes. Os assuntos abordados pelos dois palestrantes versaram sobre os ataques à educação pública e aos trabalhadore(a)s da educação, às abordagens das questões de gênero em sala de aula, que são identificadas como “ideologia de gênero”, o anti-intelectualismo, a militarização das escolas, as propostas do ensino domiciliar, que no âmbito do discurso relacionam-se às propostas do Escola Sem Partido, o avanço de uma concepção de Reforma Empresarial da Educação, que veio acoplado à Reforma do Ensino Médio do governo Temer (Lei 13415/2017), o Ensino a Distância (EaD), as tensões entre frações da burguesia pelas diretrizes da educação no Brasil, dentre outras as questões.

No início da tarde do dia 13/04/19, ocorreu a Mesa 3, Painel *Movimentos Sociais e as Experiências de Educação Popular no Brasil*, com a coordenação do CFESS e ABEPSS, representados por Daniela Neves e Ester Lemos, respectivamente. Integraram a Mesa 2 Cleber Santos Viera (Neabi/ABPN), Irene Maestri (Luta Popular), Erivam Hilário dos Santos (MST), Tatiane Ribeiro (Rede Emancipa), Maria Carolina de Oliveira (MUP), Camila Marques (NEP 13 de Maio). O(A)s painelistas fizeram relatos de suas experiências no âmbito da educação popular, experiências formativas e/ou da militância política na área educacional. A representante do MTST não pode participar da mesa porque a mesma sofreu alteração de dia e horário devido ao problema da chuva e a companheira já estava com passagem comprada para a manhã do dia 13 e com compromissos agendados para o novo horário da mesa, não podendo fazer os ajustes para garantir sua participação. No início da Mesa 3, foi informado sobre a impossibilidade da participação da companheira, que havia se deslocado de Sergipe para Brasília para participar, especialmente, dessa Mesa.

Na tarde do dia 13/04/19 foram feitas as discussões temáticas em torno dos nove Eixos do III ENE. As discussões de cada eixo foram realizadas em grupos temáticos. Os Eixos debatidos e suas respectivas ementas são os que se seguem.

### **Eixo 1: Conhecimento, Currículo e Avaliação**

Compreender as imbricadas relações entre conhecimento, currículo e avaliação, explicitando o projeto do capital que procura instrumentalizar e reduzir ao máximo o conhecimento, mediante trajetórias curriculares que possuem como foco a domesticação para o trabalho e a alienação da capacidade de reflexão crítica e criativa. E, nesse contexto a forma como a avaliação é utilizada para garantir os processos de forma “produtiva” ao capital e não a vida, criando sistemas engenhosos de meritocracia e ranking entre as Instituições Escolares e Universitárias, repercutindo em formas de controle dos trajetos formativos e definição de financiamento (no sentido que quem mais precisa será quem receberá menos). A avaliação no âmbito das instituições de ensino, em todos os níveis, é um aspecto fundamental para a garantia da autonomia das comunidades escolares de auto-organizarem seus projetos pedagógicos e suas formas de avaliação, condizentes com as necessidades e objetivos educativos de cada contexto, estabelecidos pelo(a)s próprio(a)s trabalhador(a)s da educação, estudantes e comunidade. Para outro projeto de Educação poder figurar entre nós quais os conhecimentos seriam necessários? Quais trajetórias curriculares podemos vislumbrar e como a avaliação pode ser parte constituinte do processo que sirva inclusive para redefini-lo e não apenas uma prova final que classifica segundo interesses alheios daquele(a)s que participam do processo educativo?

### **Eixo 2: Formação de trabalhador(a)s da educação**

Problematizar os processos formativos instados pelo Estado e contrapor outros projetos levem em conta as necessidades de formação do(a) trabalhador(a), inclusive da consciência de sua condição de trabalhador(a), mesmo quando ainda estudante. A formação permanente do(a) trabalhador(a) e as peculiaridades do trabalho docente, trabalho do(a)s técnico(a)s-administrativo(a)s e do(a) trabalhador(a) em seu processo inicial de formação. Destacar a formação de professore(a)s e seus contornos atuais, pois

entender o que se pretende do(a) professor(a) é parte para compreender o que planeja para a formação das crianças, jovens e adultos, ou seja, explicita seu projeto de sociedade.

### **Eixo 3: Trabalho na Educação e Condições de Estudo**

Identificar as diferentes formas de precarização do trabalho e os meios de lutarmos contra ela, bem como das condições de vida e estudos do(a)s discentes. Refletir sobre a unidade na luta em nossas Instituições na medida em que muitas são as estratégias utilizadas para nos fragmentar e fazer parecer que a disputa é entre técnico(a)s, estudantes e professore(a)s, ou ainda incitando processos de competição e disputa interna, entre os próprios pares. Nas escolas, além de toda infraestrutura que sempre reivindicamos, precisamos ter condições de trabalho, com uma organização que leve em conta a autonomia, o devido tempo de preparo, estudo e planejamento/avaliação das atividades, conforme a lei do piso nacional, como as condições de estudo para aquele(a)s que têm direito. Chegam até nós formas ainda mais precarizadas de contratação do(a)s trabalhadore(a)s em educação, como as ONG, as OS e OCIPs, já presentes há muito tempo na educação básica. Considera-se também que o avanço da privatização e a expansão desordenada nas universidades públicas e institutos federais ocasionou o aumento da precarização do trabalho dos profissionais da educação, desorganizando os planos de carreira. Além de precarizar as condições de trabalho do(a)s trabalhadore(a)s efetivo(a)s, a entrada de interesses privados nas universidades públicas trouxe a terceirização e os contratos provisórios, aos quais se somaram os efeitos provocados pela implantação do Reuni. A realidade do(a)s contratado(a)s e a flexibilização das relações de trabalho nos impõem a luta por concursos públicos, barrar os mecanismos de flexibilização, defender o(a)s trabalhadore(a)s vítimas desses processos, pela regularização, pela igualdade de direitos sociais e sindicais.

### **Eixo 4: Universalização da Educação, Acesso e Permanência**

Avaliar como tem se dado o processo de implantação de políticas de universalização, acesso e permanência do(a)s estudantes das instituições de ensino públicas no Brasil, destacando-se que a defesa do acesso universal à educação, em todos os níveis, e da garantia de permanência estudantil como políticas efetivas de universalização da educação em todos os níveis e modalidades são princípios que constituem o projeto de educação presente no PNE da Sociedade Brasileira. Deverão ser analisadas também como as precárias condições de permanência na educação básica tem ampliado a evasão escolar ao longo dos anos, fazendo com que pouco(a)s estudantes cheguem ao fim do ensino médio. Embora os motivos sejam diversos, o aumento do financiamento da educação e propostas pedagógicas construídas com autonomia pelas comunidades permitem que o(a)s estudantes encontrem nexos entre a formação escolar e a formação humana. No caso do ensino superior, é preciso ampliar os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e pautar a criação de creches universitárias para filhos e filhas de estudantes durante as aulas, além de modificar o caráter das bolsas de permanência, que estão atreladas ao trabalho administrativo da universidade, substituindo as funções do(a)s técnico(a)-administrativo(a)s através do trabalho precário. Faz-se necessário buscar formas de ampliação das políticas afirmativas com garantias de permanência, como cotas sociais e raciais, especialmente referenciada na igualdade de gênero, raça, para pessoas com

necessidades especiais e orientação sexual, estendendo-se o acesso das comunidades quilombolas e indígenas na educação pública.

### **Eixo 5: Gestão/Organização do Trabalho Escolar**

Denunciar o modelo gerencial do capital e a tentativa de subordinar as escolas, Institutos/Cefets e Universidades a lógica do mercado reconfigurando a educação pública procurando afastá-la das ideias de gratuidade, criticidade, criatividade e conhecimento escolar, deixando de ser a educação uma necessidade humana. Combater o controle e a ingerência da esfera mercantil-privatista da educação e suas formas de expansão na esfera pública e controle do projeto educativo que gestam em nosso país. Contrapor outras formas de organização da Educação brasileira, seja por meio de um sistema nacional ou de outras proposições, mas que sinalizem formas de organização da Educação em suas esferas, nacional, estadual e municipal, bem como a organização do trabalho escolar em cada unidade em que ela ocorra, gestadas de baixo, mediante a participação e o controle da comunidade escolar. Discutir as formas de organização do trabalho pedagógico.

### **Eixo 6: Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais**

Apresentar os conceitos de gênero, identidade de gênero e de orientação sexual, bem como o conceito de racismo. Fazer o debate de gênero e raça numa perspectiva classista, apontando a relação desse debate com a Educação. Destacar a luta contra a lei da mordenga nas escolas, apontando como essa acirra a luta de classe e o discurso de ódio contra mulheres, população LGBT, população negra e indígena, bem como aprofunda as expressões de xenofobia e capacitismo. Apontar que uma escola libertadora é aquela que combate as opressões.

### **Eixo 7: Financiamento da Educação**

Situar o financiamento público como uma precondição para a construção de uma educação pública de qualidade. A educação é dever do Estado, por isso ao Estado compete financiá-la. A luta pela transformação da educação em instrumento de construção de uma sociedade independente e soberana exige o seu financiamento pelo Estado. O projeto de educação hegemonicamente existente privilegia e legitima o setor privado como sendo de maior qualidade, porém, é preciso desmascarar o real sentido desses discursos. A falta de investimento na educação pública sempre vem acompanhada do investimento público na esfera privada ou mesmo na privatização do setor público, ou seja, garantia do predomínio do capital transformando a vida em mercadoria. Nosso país tem a 7ª economia mundial, no entanto, estamos entre os últimos quando se trata de financiamento da educação. A prioridade do governo nos gastos públicos é clara, pois o Orçamento Geral da União (2017) c o m p r o m e t e quase 40% com os interesses especulativos do capital financeiro através do pagamento da dívida pública, enquanto que para a educação compromete cerca de 4%. A reivindicação de 10% do PIB, exclusivamente para a educação pública, é uma necessidade para que haja a reversão do processo do desmonte da educação, agravado pela Ementa Constitucional 95/2016, que congela por 20 anos os gastos com educação. Foi indicada ainda a importância do acompanhamento das definições e execuções orçamentárias, com exigência de transparência, por meio de auditorias no

cumprimento de legislação como a constituição federal e estaduais que estabelecem o percentual destinado à educação, como os fundos para investimento na educação como o FUNDEB, como parte da luta em defesa da educação pública e o imediato cumprimento do art. 212 da Constituição Federal de 1988 e seu acompanhamento pelas entidades do setor educacional federal, estadual e municipal.

### **Eixo 8: Organização da Classe Trabalhadora**

Identificar os principais problemas de nossa organização política. Acordar sobre que lutas temos unidade. Socializar as táticas encontradas pelos diferentes grupos que nos auxiliam a pensar formas unificadas de combate ao projeto de desmonte da educação pública. Estabelecer trocas e agenda que articulem as lutas estudantis, sindicais e populares, ampliando nossas relações de luta com o conjunto da classe trabalhadora. Ajudar na construção das táticas e estratégias da classe trabalhadora afastando-se das experiências que naufragaram como a expectativa da conciliação de classe.

### **Eixo 9: Democracia, autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra/ensinar**

Refletir acerca dos processos históricos que culminaram, nos Levantes de Córdoba de 1918, na conquista da cátedra livre para docentes e no bojo das transformações que pretenderam a democratização dos espaços da escola e da universidade, bem como das lutas subsequentes, em distintos períodos e realidades, para que, em nome da autonomia dos saberes um ensino problematizador e de caráter emancipatório se firme no propósito da transformação da realidade social. Os reiterados ataques que, no avanço do ideário e das agendas neoliberais concorrem pela contrarreforma do Estado, são desfechados contra a Educação – dos cortes e contingenciamentos aos obscurantismo que impõem a interdição dos saberes -, na lógica do capital pretendem a desfiguração das relações ensino/aprendizagem a meros contratos consumeristas e o professor, concebido como “dador de aula”, em operador de apostilas e que tão somente reproduza os seus conteúdos; bem como na lógica de movimentos que pretendem a mordaza sobre a docência, a exemplo do Escola sem Partido, em repertórios acrílicos que, assumindo a discursiva meritocrática, são dispostos a servir de superestrutura ideológica para a legitimação das cada vez mais violentas formas de expropriação de força de trabalho na infraestrutura econômica.

Cada Grupo de Trabalho apresentou um relatório com o resultado da discussão do grupo e esses relatórios foram sistematizados por eixo. Na sequência apresentamos as propostas distribuídas pelos eixos.

### **Propostas do Eixo 1: Conhecimento, Currículo e Avaliação**

1. Atualizar, retomar o Plano Nacional de Educação, proposta da sociedade brasileira;
2. Multiplicar em cada estado, em cada localidade a proposta de representar o projeto de educação classista para a sociedade brasileira;
3. Realizar encontros Pós-ENE objetivando avaliar e aprofundar o conteúdo das propostas inseridas neste evento;
4. Construção de um calendário de lutas em defesa da educação;
5. Defesa da educação indígena e quilombola.

### **Propostas do Eixo 2: Formação de trabalhadores da educação**

1. A formação de professor(a)s não deve ser positivista e não deve ser tecnocrático, mas a nível da pesquisa e a nível da comunidade, pois vivemos num país diverso;
2. Superação das ilusões democrático popular no campo da formação de educadore(a)s;
3. Horizonte anti-imperialista e anticapitalista;
4. Por um programa de formação de professores crítico e criativo, atrelado às lutas da classe trabalhadora;
5. Retomar a proposta de formação continuada, articulada a formação inicial na perspectiva do desenvolvimento profissional docente que: a) articule diferentes instituições, sistemas de ensino, escolas e universidades que são instituições com uma tradição na formação de professor(a)s. B) Tome as necessidades do(a)s professor(a)s e da prática educativa, como ponto de partida da formação. C) Articule as dimensões políticas, teóricas e práticas;
6. Necessidade de ampliar o papel das universidades como instituições responsáveis pela formação, principalmente inicial, de professor(a)s e combater as práticas aligeiradas de formação que vem ocorrendo em instituições privadas com qualidade duvidosa e via EAD;
7. Necessidade de pensar a formação articulada a garantia de condições de trabalho, salários e carreira atraentes;
8. Defesa intransigente da educação pública, gratuita e de qualidade e de uma universidade popular;
9. Garantir o espaço de discussão do PPP, garantir permanência das DCN para formação do(a)s professor(a)s, contra a BNCC em todos os níveis;
10. Defesa dos 10 % do PIB para educação pública;
11. Rever as ementas dos cursos licenciaturas;
12. Defesa de que a formação inicial de profissionais da educação seja feita em cursos superiores presenciais e preferencialmente em universidades públicas;
13. Liberdade de ensinar e aprender;
14. Reforçar a necessidade de uma escola crítica;
15. Greve geral;
16. Defesa do conhecimento científico, filosófico e artístico, como referência para a formação do(a)s trabalhadore(a)s;
17. Analisar criticamente o PNE da sociedade brasileira de 1997;
18. Movimento pela universidade popular, educação para a classe trabalhadora, discutir o papel da universidade educação pública para a sociedade, como campanha;
19. Campanha de valorização do(a) professor(a) e da educação pública, destacando a importância da formação de professor(a)s;
20. O(A) professor(a) tem que ser sujeito da sua formação continuada;
21. A pesquisa acadêmica deve ser amparar na realidade do contexto escolar;
22. Revogação da EC 95;
23. Revogação da proposta da Reforma do Ensino Médio;



24. Discussão de projetos públicos de financiamento associado a uma ampla reforma tributária;
25. Contribuir para a elaboração de uma política nacional de formação de trabalhadore(a)s que privilegie a valorização do trabalho da educação e da formação continuada, condições de trabalho, plano de carreira e ingresso exclusivamente por concurso público e um piso salarial nacional;
26. Garantir a livre expressão e pluralidade de ideias e pensamentos, saberes pedagógicos, respeitando os direitos humanos, individuais, sociais e coletivos que contribuem com a emancipação humana;
27. Lutar para garantir os recursos públicos para o financiamento dos cursos ofertados pelas UF e IF e com isso construir um projeto popular de base curricular de formação do(a)s trabalhadore(a)s da educação com base num forte movimento de educação popular e de um movimento de uma universidade popular, para assim disputar os sentidos da formação do(a)s profissionais para o fortalecimento de educação popular que contribua para a construção de uma sociedade emancipada.

### **Propostas do Eixo 3: Trabalho na Educação e Condições de Estudo**

1. Construção da greve geral;
2. Pedido de apoio de Jataí para as iniciativas locais de formação como por exemplo cursinho popular e comunitário;
3. Organizar cursinhos e Frente Cultural;
4. Defesa da eleição democrática para diretores(a)s;
5. Busca da unidade entre os segmentos professore(a)s/ TAES/Estudantes;
6. Ações diversas de pesquisa e extensão, com proposta de recuperar os princípios constitucionais nestas ações;
7. Recuperar a empatia do(a)s docentes com o(a)s estudantes trabalhadore(a)s e o apreço às lutas políticas;
8. Construir a percepção de que técnicos e docentes são trabalhadore(a)s da educação;
9. Se engajem nas lutas e busquem os órgãos de representação e de luta como referência;
10. Combater a ideologia liberal e o conservadorismo na base docente, o privartismo;
11. O tema da reforma da previdência é o que dialoga com o setor educacional;
12. Cursinhos de extensão popular etc.
13. Projetos de extensão como estratégias de formação política e debate pedagógico;
14. Construção do ENE das alternativas propostas, rechaçando o aproveitamento do PNE 2014-2014.

### **Propostas do Eixo 4: Universalização da Educação, Acesso e Permanência**

1. Adequação das estruturas arquitetônicas, eliminação de barreiras de comunicação e informação e também de barreiras atitudinais responsáveis pelo capacitismo;
2. Debate de ações afirmativas;
3. Agenda da educação voltada para a garantia do PNAES enquanto projeto de lei;
4. Gerência do RU pela UF e fim dos contratos terceirizados e abertura de concursos;
5. Investimento em formação continuada em parcerias com as instituições de Ensino Superior Públicas para a formação e pesquisas na área, em provimento da tecnologia assistiva, equipamentos e materiais para as

escolas, em ampliação do número de salas de recursos e multiprofissionais;

6. Garantir as especificidades exigidas pelo(a)s aluno(a)s, mediante recursos, apoios, estratégias e serviços, entre os quais o Atendimento Educacional Especializado (AEE) quando necessário, no contra turno e em caráter não substituível, de forma adequada e com qualidade;
7. Ampliação de recursos públicos para a efetivação da inclusão escolar das pessoas com deficiência em todos os níveis da educação;
8. Implementação do Decreto nº 9.034/17, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos e universidades federais;
9. Criação e ampliação nas IES e IFs do Núcleo de Atendimento Educacional com o fim de oferecer condições pedagógicas e instrumentais para que o(a)s estudantes com deficiência possam ter acessos aos ensinamentos pedagógicos, e à(o)s docentes e técnico(a)s administrativo(a)s possibilidade de exercerem todas as funções atribuídas pelo cargo exigido no trabalho.
10. Acesso universal e permanência numa perspectiva de um projeto classista e 100% do financiamento público para a educação pública e gratuita;
11. Política financeira e pedagógica para todo(a)s estudantes, oferecimento de bolsas de iniciação científica, monitorias e extensão;
12. Incluir nas resoluções do ENE a necessidade de um concreto debate sobre a extinção de processos seletivos para o ingresso nas universidades, uma vez que cursos populares não são a alternativa para esse acesso.

#### **Propostas do Eixo 5: Gestão/Organização do Trabalho Escolar**

1. Comitê de defesa da universidade, greve geral pautas: militarização da escola, escola sem partido, reforma da previdência, reversão da reforma trabalhista, defesa da autonomia das entidades de educação, defesa da educação pública (autonomia e democracia);
2. Fortalecer a unidades da educação básica assim como os seus sindicatos, projetos para escutar a escola e desenvolver ações para desenvolver a sua identidade escolar, formação de resistência, autonomia, construir ações para a construção e elaboração do projeto político pedagógico;
3. Criar Grupo (watsapp) para troca de experiência e informações, denunciar e barrar a terceirização e a reforma trabalhista. Defender o(a) professor(a) pesquisador(a) como ferramenta para impedir a militarização da escola.
4. Unificação da luta contra o projeto que está posto em uma grande campanha pela educação pública e contra a reforma da previdência envolvendo toda a sociedade;
5. Construir uma educação democrática junto com toda a comunidade acadêmica. Construção de fóruns. Audiências públicas;
6. Fortalecer as unidades escolares em parceria com as universidades com a ferramenta do sindicato (grupos de trabalho, formação para o ppp);
7. Construção de fóruns e frentes populares em defesa da educação pública;

8. GT de educação, fóruns, audiência pública de resistência. Ouvidoria popular;
9. Ação jurídica junto com o sindicato contra o ponto biométrico;
10. Não fazer mais a ficha de pesquisa, ensino e extensão, ouvidoria popular (controle de horas trabalhadas), eventos contra a entrada da PM nas escolas e universidades;
11. Discutir teoria do conhecimento, teoria da educação e teoria pedagógica. Formação continuada de fato (não pontual). Formação do currículo e projeto pedagógico com todos os seguimentos;
12. Discussão do plano de carreira, fim da lista tríplice, lutar pela avaliação interna e participativa da comunidade, resistir aos projetos contra a autonomia pedagógica ex: BNCC e residência pedagógica;
13. Lutar pela autonomia didático pedagógica, administrativa, financeira e de gestão das instituições educacionais em todos os níveis conforme garantido constitucionalmente;
14. Lutar pela gestão democrática nas instituições educacionais: eleições diretas e participativas na educação básica e superior com o fim da lista tríplice;
15. Lutar pela avaliação interna e institucional participativa e que faça sentido para a comunidade que nela trabalha;
16. Horizontalizar as discussões nos sindicatos, fortalecer as unidades escolares, contratar agência de publicidade para valorização do docente;
17. Barrar o plano eletrônico por ação judicial, denúncia da ingerência da CGU nas instituições de ensino superior, denunciar pacotes dos projetos dentro da escola (Instituto Ayrton Senna etc), greve geral;
18. Construir educação básica com aluno(a)s, técnico(a)s, terceirizado(a)s, contratado(a)s etc.;
19. Convencer a população no combate da reforma da previdência;
20. Valorizar as formas de organização coletiva alternativa para construção de novos caminhos e que o ENE possa evitar repetição de discussão nas palestras e valorizar os grupos de discussões (podendo inclusive começar por eles).

### **Propostas do Eixo 6: Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais**

1. Incluir na pauta do projeto classista e democrático de educação os acúmulos do documento final da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena realizada em março de 2018;
2. Reconhecer a especificidade e a transversalidade das discussões de gênero, diversidade sexual, étnico-raciais e da pessoa com deficiência sem colocar em um “caldeirão” que mistura tudo;
3. Defender a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada como instrumento central de luta contra as opressões e de conscientização para fomentar a diminuição da opressão de minorias LGBTQ+, étnico-raciais e de pessoas com deficiência;
4. Fortalecer as propostas já existentes e/ou fomentar propostas de projetos de lei que como política nacional, incluam nos espaços educacionais em todos os níveis (básico, fundamental, médio, superior) profissionais da psicologia, do serviço social para que contribuam com o trato das questões sociais que repercutem na educação;
5. Desenvolver estratégias de articulação entre escola e comunidade para construir sentimento de

- pertencimento desta e, assim, tentar barrar o discurso de Escola sem Partido e avançar na luta contra as diversas opressões;
6. Lutar pela permanência das disciplinas que provocam o conhecimento crítico (sociologia, filosofia, educação física, literatura, artes e história), visando o acesso ao conhecimento e a formação humana crítica em contraposição às implicações da Reforma do Ensino Médio;
  7. Construir a greve geral desde a base, pensando os desafios postos pela conjuntura atual articulando a luta contra a retirada de direitos e por liberdades democráticas com a luta contra as opressões;
  8. Na construção da greve geral utilizar metodologias que dialoguem com as várias lutas contra as diversas opressões, construindo uma linguagem que represente a conexão das lutas das/dos trabalhadoras/trabalhadores com as várias pautas da esquerda;
  9. Que as direções das organizações de trabalhadoras e trabalhadores priorizem a formação em gênero, sexualidade, orientação sexual, questões étnico-raciais, capacitismo em suas organizações de maneira a vincular homens brancos, cisgênero nas atividades com vistas a criar a empatia necessária para que esses sujeitos repensem seus privilégios;
  10. Reafirmar a defesa de construção de instrumentos como ouvidorias, comitês, conselhos e comissões em defesa dos direitos das mulheres, população LGBTQ+, negras e negros, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros grupos;
  11. Criar uma Comissão Nacional Feminista que se encarregue de auxiliar em casos de violência de gênero e racismo dentro de universidades e escolas, além de lutar pela implementação de ouvidorias em escolas e universidades para cobrá-las por uma ação efetiva e punitiva contra assediadore(a)s;
  12. Defender um dia nacional da luta contra a gordofobia e abordar o tema da gordofobia de forma desconstruída, por meio de atividades multidisciplinares (biologia, educação física, sociologia, física, química, etc);
  13. Construir o dia 28/06 como dia nacional de lutas contra LGBTfobia;
  14. Construir o dia 21/09 como dia nacional de lutas em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e de combate ao capacitismo;
  15. Semana de paralisação da educação (24 a 29/04) pautando as lutas contra as opressões e os direitos de mulheres, negras e negros, grupos LBTTQ+, comunidades tradicionais, povos indígenas, camponesas e camponeses, e quilombolas e contra a reforma da previdência;
  16. Dar centralidade à luta em defesa das leis 11.645/08 e 12.990/14 como propostas importantes para a luta contra o racismo e contra a herança produzida pela escravidão;
  17. Construir um primeiro de maio unitário;
  18. Greve Geral em maio (indicativo de 15 de maio) e construir no fórum das centrais.
  19. Defesa de cotas e processos seletivos especiais para populações indígenas e quilombolas no acesso à universidade, a pós-graduação, mestrado e doutorado;
  20. Defender a educação indígena e quilombola;

21. Defesa das escolas do campo;
22. Repúdio ao fechamento das escolas de campo;
23. Contra o projeto Escola Sem Partido;
24. Educação sexual nas escolas como direito ao acesso e à informação;
25. Defesa da educação especial inclusiva;
26. Readequações estruturais nos espaços escolares para garantir o desenvolvimento da autonomia das pessoas com necessidades especiais;
27. Estimular a produção de materiais pedagógicos, metodológicos que criem ferramentas que oportunizem o acesso aos conhecimentos às pessoas com necessidades especiais;
28. Instituir o LIBRAS como matéria obrigatória na educação pública em todos os níveis;
29. Estimular a formação de professore(a)s de libras, preferencialmente vinculado à comunidade de surdo.

### **Propostas do Eixo 7: Financiamento da Educação**

1. Reafirmar que recursos públicos devem ser aplicados integralmente no ensino público;
2. Suspender o pagamento e auditar a dívida pública;
3. Revogação da emenda constitucional 95;
4. 10% do PIB para a Educação Pública;
5. Aumento do valor e do número de bolsas do CNPq, tanto para graduandos quanto para pós-graduandos;
6. Fortalecer o FUNDEB e aumento do controle social desse fundo;
7. Garantir as creches e escolas infantis;
8. Política de permanência para que, com base no fim do PROUNI, estudantes trabalhadore(a)s possam se dedicar somente aos seus cursos e remanejamento para cursos públicos noturnos;
9. Não à Reforma da Previdência, Sim à auditoria cidadã;
10. Criar estratégias de fiscalização de recursos do FUNDEB;
11. Por uma reforma tributária;
12. Dinheiro público só para o Ensino Público;
13. Debater e combater o Decreto nº 9.725/19 em âmbito nacional;
14. Consolidação do PNAES e expansão do programa;
15. Fiscalizar os 10% do PIB para a educação pública;
16. Pela federalização do ensino público para combater as desigualdades regionais de arrecadação;
17. Trabalhar na construção de um projeto de educação classista e democrático que supere a sociedade capitalista e seus mecanismos de financiamento da educação pela via do capital.
18. Lutar por uma política de financiamento público exclusivamente para a educação pública;
19. Pela auditoria cidadã da dívida pública e a ruptura com o sistema da dívida pública;
20. Lutar pela revogação da EC nº 95 que estabelece o teto dos gastos sociais;
21. Defesa da imediata aplicação de 10% do PIB na educação pública, incluindo as três esferas governamentais;

22. Lutar pela reforma tributária progressiva;
23. Trabalhar na divulgação de informações, dados que possam desconstruir a ideia do governo federal de que há déficit na previdência e de que não há recursos públicos;
24. Lutar quanto a cobrança de taxas;
25. Lutas pelo financiamento público da ciência e tecnologia públicos;
26. Combater a renúncia e a sonegação fiscal;
27. Mobilizar a população para lutar e construir uma sociedade socialista;
28. Incluir o ENE na agenda concreta de lutas na rua, com a população pobre, negro(a)s, LGBT e excluídos;
29. Lutar pela aprovação da greve geral no calendário das centrais sindicais;
30. Lutar contra a cobrança de mensalidades ou taxas nos cursos de pós-graduação stricto sensu nas universidades públicas, como resposta ao subfinanciamento;
31. Desenvolver estudos sobre o financiamento da educação pública

### **Propostas do Eixo 8: Organização da Classe Trabalhadora**

1. Não basta a unidade de ação pontual, precisamos de algo permanente. O ANDES-SN deu um passo importante buscando a unidade por meio da criação do Fórum.
2. A organização dos trabalhadores e trabalhadoras passa pela inserção do(a)s trabalhadore(a)s nas centrais e entidades nacionais para defender a educação pública de qualidade;
3. Aglutinar nas centrais;
4. Bandeiras unificadas: defesa de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública no interior de uma Campanha em defesa da educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade unitária; Contra a reforma da previdência, contra o sistema de capitalização, em defesa de nenhum direito a menos.
5. Defesa do socialismo, contra a propriedade privada;
6. Disputar os sindicatos burocratizados;
7. As entidades precisam realizar sistematicamente trabalho de base, falando dos problemas objetivos da classe. É necessário difundir nas escolas, universidades, institutos. Esse é o ponto de partida para a construção da greve geral;
8. Organização pelo local de moradia e criação de comissão de luta nas escolas;
9. Greve geral pela base (indicativo 15 de maio);
10. Construir o ENCLAT;
11. Construir uma ampla unidade em torno de pautas comuns para a Greve Geral, com ações de mobilização nos Estados preparatórias à greve geral;
12. Que o III ENE seja uma oportunidade de articulação com todo(a)s o(a)s presentes no evento para construir uma agenda de luta e pautas unificadas, culminando com encontros nacionais bianuais;
13. Criação de centros de cultura popular como estratégia de mobilização e diálogo com os pais na rede básica de educação
14. Primeiro de Maio unificado;

15. Construir nos Estados o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes na luta pelos direitos e liberdades democráticas;
16. Propor aos sindicatos e centrais um encontro nacional da classe trabalhadora;
17. Apoio dos sindicatos ao movimento estudantil;
18. Produzir um panfleto unificado das centrais contra a reforma da previdência;
19. Promover reuniões nas escolas com a comunidade contra a Reforma da Previdência e os retrocessos da educação;
20. Na reorganização da classe trabalhadora, pensar propostas de como organizar o(a)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s, informais, temporário(a)s e o(a)s trabalhadore(a)s "uberizado(a)s";
21. Retomar o protagonismo da classe trabalhadora, nas lutas gerais e específicas (corporativistas), em oposição à burocracia sindical e resposta jurídico-parlamentar como única forma de luta;
22. Fortalecer os espaços/fóruns já existentes de unidade de ação e construir aonde for necessário, para enfrentar os ataques do governo, em especial a Reforma da Previdência. Essas iniciativas devem se dar em todos os níveis, desde os mais gerais aos mais locais (comitês por local de trabalho/estudo/moradia);
23. Que a CONEDEPE, via suas entidades analise a possibilidade de uma atualização do PNE da sociedade brasileira à luz da conjuntura;
24. Buscar a construção de uma greve geral que seja a mais ampla possível, envolvendo de fato o conjunto das categorias;
25. Desenvolver estratégias para informar à população sobre a reforma da previdência, o rombo da dívida pública e outros ataques do governo (divulgar nos terminais de ônibus, regiões centrais e periferia).
26. Incluir a defesa da educação pública na pauta da greve geral;
27. Organização de Formação de Comunicadores Populares;
28. Ampliar a parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida;
29. Ampliar a articulação do movimento sindical com o estudantil;
30. Aprofundar a compreensão e organizar a luta contra a “uberização” do trabalho na educação, bem como em toda a sociedade.

### **Propostas do Eixo 9: Democracia, autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra/ensinar**

1. Defender os princípios do direito de ensinar e aprender e da democracia interna das instituições de ensino;
2. Criar dentro de cada sindicato (ou outra entidade) a figura de um “defensor” das prerrogativas do(a)s docentes para defender a liberdade de cátedra. Este defensor teria a função de receber todas as reclamações localmente e de instruir o(a) professor(a) ofendido(a). Caso seja necessário vários “defensores” irão até algumas localidades em grupo para realizar desagravo público;
3. Fazer uma rede de articulação para solidariedade de professore(a)s vítimas de acusações e perseguições e defender coletivamente.
4. Reconhecimento da importância dos projetos de educação com perspectivas de integração do eixo sul-

sul, como a UNILA e UNILAB;

5. Unificar nas ruas a construção da Frente única do(a)s trabalhadore(a)s da educação e estudantes contra a reforma da previdência;
6. Defender o modelo de IF's como alternativa ao modelo militar como forma de oferta de ensino público de qualidade e gratuito;
7. Construção de um evento nacional, no RJ, em agosto, chamado pelo ENE e pela Escola Sem Mordação sobre o tema “Escola sem Partido”;
8. Acumular sobre o tema de um projeto de escola pública;
9. Paridade para todos os Conselhos nas Universidades e para eleição de reitore(a)s;
10. O ENE repudia o projeto de militarização das escolas públicas no país;
11. Que o ENE proponha um Seminário Nacional para debater o processo de militarização das escolas públicas, com o objetivo de preparar educadore(a)s e profissionais da educação, estudantes e movimentos sociais contra esse tipo de escola pública;
12. Que o ENE e os demais encontros terminem com um ato de rua para dar visibilidade à luta e aos debates.

No terceiro dia do III ENE, 14/04/19, ocorreu a plenária final, com a Mesa coordenada por Antônio Gonçalves (ANDES-SN), Rejane Oliveira (CPERS) e José Júnior (FENET). No início da plenária, foram dados dois informes de atividades realizadas durante o III ENE: reunião da Frente Escola Sem Mordação e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas. Após esses informes, Daniela Neves, representando a CONEDEP, fez uma fala reafirmando a importância do III ENE no contexto atual de ataque à educação e a necessidade de organização da classe trabalhadora por meio da mais ampla unidade, ressaltando que as dificuldades e os problemas relacionados à construção do evento dizem respeito ao contexto atual de precarização das instituições públicas. Na sequência, foi dado espaço de fala para a representação do(a)s estudantes, que ressaltaram a importância da participação do movimento estudantil no evento e apontaram para a necessidade de melhores condições estruturais nos eventos posteriores.

Os componentes da mesa apresentaram a Carta do III ENE, leram as moções, que foram aprovadas por aclamação. As moções nacionais expressavam o repúdio aos ataques ao ensino público, precarização da educação no país, que afeta a qualidade da educação, à criminalização das lutas e à militarização das escolas públicas, à perseguição à professore(a)s; solidariedade às universidades em luta como as estaduais da Bahia e do Piauí, a Federal UniRio, onde houve intervenção no processo de escolha do reitor, perseguição da Vale S/A ao professor da Unifesspa, Evandro Medeiros. Já as moções internacionais explicitaram as críticas ao projeto de mercantilização da educação pelo Capital, que conta com a resistência em diversos países. Foi aprovado o apoio e solidariedade internacionalista às lutas que estão acontecendo no México, na Argentina, Polônia e na França, com greve geral da educação marcada para 9 de maio. Também foi aprovada a moção pela libertação do petroleiro Daniel Ruiz preso há 7 meses na Argentina.



Durante a plenária final, foram feitos dois destaques: (1) a necessidade de que o ENE mude sua metodologia para, de fato, acumular na construção de um Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira; (2) importância de se realizar o IV ENE.

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO III ENE**

A organização e realização do III ENE exigiu um grande esforço político e financeiro das entidades que congregam a CONEDEP, resultando em um investimento no valor de R\$ 226.031,23 (duzentos e vinte e seis mil e trinta e um reais e vinte e três centavos).

Nas diversas reuniões realizadas no período que antecedeu o Encontro, discutiu-se a necessidade de cada entidade nacional aportar financeiramente na forma de rateio. Especificamente, na reunião do dia 13 de fevereiro de 2019, deliberou-se pelo rateio imediato de 50% do valor orçado para ENE, que seria em torno de 200 mil reais, entre as entidades nacionais (ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA, CFESS, CSP CONLUTAS), equivalente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada uma. Essa previsão se baseou na ideia de que 50% das despesas seria coberto pelo pagamento das inscrições. As despesas que extrapolassem essa previsão inicial seriam divididas posteriormente por meio de novo rateio após o Encontro.

Vale ressaltar que o pagamento do rateio inicial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil) seria necessário para garantir a estrutura necessária para a realização do III ENE. Como a maioria das entidades demorou para efetuar o pagamento, o ANDES-SN adiantou alguns pagamentos dos serviços contratados para garantia do III ENE. Finalizado o evento e feita prestação de contas do III ENE, as despesas totalizaram o valor de R\$ 226.031,23 (duzentos e vinte e seis mil e trinta e um reais e vinte e três centavos). Nesse caso, além dos R\$ 20.000,00 (vinte mil) iniciais, cada entidade deverá contribuir com o novo rateio no valor de R\$ 5.014,63 (cinco mil e quatorze reais e sessenta e três centavos), à exceção do CFESS, que se comprometeu, desde o início, com o pagamento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), os quais foram investidos na compra das passagens do(a)s palestrantes.

Vale destacar que o ANDES-SN efetuou o pagamento antecipado das contribuições das entidades que não pagaram ainda as duas parcelas do rateio ou não repassaram a segunda parcela. Por isso, o valor pago pelo ANDES-SN é de R\$ 60.058,52 (sessenta mil e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos). Abaixo, está exposta a tabela com resumo das despesas e das receitas provenientes das inscrições no III ENE e das contribuições das entidades da CONEDEP.

|                              |                   |
|------------------------------|-------------------|
| <b>DESPESAS III ENE 2019</b> |                   |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>226.031,23</b> |
| <b>RECEITAS III ENE 2019</b> |                   |

|              |                   |
|--------------|-------------------|
| Inscrições   | 100.958,08        |
| ANDES-SN     | 54.058,52         |
| CSP          | 20.000,00         |
| CFESS        | 20.000,00         |
| SINASEFE     | 25.014,63         |
| FASUBRA      | 6.000,00          |
| <b>TOTAL</b> | <b>226.031,23</b> |

## **OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O III ENE**

### **Relatório da Plenária da Frente Nacional Escola sem Mordação**

A Frente Nacional Escola Sem Mordação reuniu-se na noite do dia 13/04 durante a realização do III Encontro Nacional de Educação. Na ocasião estavam presentes cerca de 35 pessoas de diferentes estados brasileiros que se organizaram em torno dos seguintes pontos de pauta: 1) relato sobre o seu histórico e iniciativas tomadas para sua criação; 2) socialização da atuação das Frentes Estaduais e Municipais presentes; 3) novos encaminhamentos.

O professor Fernando Penna (UFF) abriu a atividade fazendo um breve relato sobre o histórico da Frente e as iniciativas tomadas para sua criação: A idealização da Frente Nacional Escola Sem Mordação surgiu no II ENE, em 2016, num painel temático que debateu o enfrentamento ao movimento Escola Sem Partido. Com o dinamismo das lutas promovidas nos últimos anos (PLP 257/16, PEC 241/16, Reforma do Ensino Médio, PEC 287/16 etc.), as atividades da Frente ficaram em segundo plano. A retomada das atividades da Frente se iniciou no segundo semestre de 2018, conseguindo, junto à(o)s deputado(a)s da oposição, obstruir os trabalhos da Comissão Especial da Câmara que debatia o PL do Escola Sem Partido e impedir a aprovação do parecer favorável à Lei da Mordação. Em seguida, os representantes das Frentes Estaduais e Municipais presentes na referida reunião fizeram um breve relato sobre a atuação local, destacando-se que os esforços nos âmbitos estaduais e municipais estão em diferentes níveis de organização, sendo necessário uma reativação urgente, de modo a traçar estratégias mais consistente para proteger o(a)s educadore(a)s dos assédios, ataques e perseguições do movimento Escola Sem Partido. O mesmo foi constatado em relação à Frente Nacional que está encaminhando o lançamento do seu site onde ficará hospedado o resultado de um mapeamento dos mais de 200 PLs do movimento Escola Sem Partido que estão nas casas legislativas de estados e municípios, diferentes cartilhas e materiais de orientação voltado à(o)s professore(a)s vítimas de assédios e perseguições. Após o debate, ficou acordado o agendamento de uma reunião da Frente Nacional para construir um evento para o lançamento de seu novo site. Foi proposto ainda que a Frente apresentasse duas notas na Plenária Final do III ENE, uma de repúdio ao desrespeito à eleição para a reitoria da UNIRIO e outra em solidariedade ao professor Pedro Mara.

## **Relatório da Reunião do Fórum Sindical, Popular, de Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas**

O Fórum Sindical, Popular, de Juventude por direitos e liberdades democráticas reuniu-se na noite do dia 13/04 durante a realização do III Encontro Nacional de Educação. Na ocasião estavam presentes cerca de 26 pessoas de diferentes entidades sindicais, correntes políticas, estudantis e movimentos populares que se organizaram em torno dos seguintes pontos de pauta: 1-Informes e 2- Encaminhamentos/calendário. Os encaminhamentos construídos:- Elaborar carta pública indicando que as centrais sindicais, frentes e movimentos sociais construam a GREVE GERAL para o dia 15 de maio. Caso o dia 15 não seja convocado como greve geral, convocar a greve da Educação (responsáveis: Giovanni Frizzo e Mauro Puerro); - Buscar influir na carta do III ENE para que conste o nosso calendário de luta, conforme segue abaixo; - Buscar participar das reuniões das centrais sindicais sempre que tivermos informações sobre suas convocações; - Participar do seminário nacional do Jubileu Sul contra a reforma da Previdência Social, com representação do Fórum, de preferência com as entidades que têm sede em Brasília, para buscar fazer articulações com as entidades e movimentos sociais que estarão presentes; - Intensificar a mobilização em torno do abaixo-assinado das centrais sindicais contra a reforma da Previdência; - Priorizar a construção do Fórum nos estados como estratégia para aglutinar entidades, organizações e movimentos que hoje não se acomodam em nenhum outro espaço; - Marcar reunião com o MTST e o MST (responsáveis: ANDES-SN e Mauro Puerro); - Acompanhar a tramitação na CCJ da reforma da Previdência junto com o FONASEFE e outras entidades; - Intensificar, junto com o FONASEFE, FONACATE e demais entidades, a pressão sobre os parlamentares nos estados e nos aeroportos; - Nos atos do 01 de maio, distribuir material do Fórum nos estados. E o seguinte calendário:- De 24 a 29 de abril – paralisação da educação nos estados; - 01 de maio – atos unificados nos estados;- 15 de maio – construção da Greve Geral ou greve da educação; - Próxima reunião do Fórum dia 02 de maio às 14h na APEOESP, SP.

## **MOÇÕES APROVADAS NO III ENE**

### **MOCIÓN DE APOYO**

El III Encontro Nacional de Educação por um Projecto Classista e Democrático, realizado en la ciudad de Brasília, Brasil, se solidariza con la huelga del Sindicato Independiente de Trabajadores de La Universidad Autónoma Metropolitana de México, que cumplieron 74 días en huelga, em demanda de aumento salarial de 20% y el respeto a su contrato colectivo.

Exigimos a la Rectoría de la UAM deje su intransigencia y para no dañar más las actividades de docencia e investigación de la Universidad, revelva favorablement las demandas de los trabajadores.

Estaremos atentos a los llamados de acción del SITUAM!

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO**

O III Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília/DF, no período de 12 a 14 de abril de 2019, presta apoio e solidariedade internacionalista à greve ilimitada dos professores e das professoras da Polônia por um aumento de salário e melhores condições de trabalho. Esta greve que entra na segunda semana vai impedir a realização da prova nacional dos alunos do primeiro grau imposta pelo ministério.

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO – PROBLEMAS NAS ESCOLAS NÃO SERÃO RESOLVIDOS COM A POLÍCIA**

O III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO vem através desta repudiar a ação repressora e violenta da Polícia Militar no protesto dos estudantes, que se manifestavam contra o autoritarismo do Diretor da Escola. Em nosso entendimento a presença da polícia no interior das escolas, com a pretensão de solucionar os conflitos, é um equívoco.

Repudiamos também a coerção dos dois jovens à delegacia, onde passaram a noite, encarcerados como se adultos e criminosos fossem, em total desacordo com o ECA.

Partimos do princípio de que todas as ações no ambiente escolar devem ser de cunho pedagógico, até mesmo as mais conflituosas, estabelecendo um diálogo entre todos os envolvidos: pais, alunos, professores, coordenação pedagógica, funcionários e direção.

Nossas ações pedagógicas devem ser pautadas por uma educação humanizadora e transformadora, e o diálogo é a nossa ferramenta cotidiana ao lidar com o saber.

Destacamos que os estudantes queriam entrar na escola, ou seja, estudar, somente esta reivindicação já é louvável e, para nós professores, é um mérito, pois esse fato reforça a importância da nossa existência e evidencia que a escola ainda tem seu valor.

E mais: que estudar ainda é um mecanismo de sobrevivência, da possibilidade de ascensão social, econômica e cultural para milhares de crianças e jovens que têm a escola pública como o seu único espaço para potencializar suas expectativas de dias melhores.

Estamos falando desta escola pública deficiente e sem investimento, com professores desvalorizados, mal remunerados, desrespeitados, sem estrutura, sem laboratório, sem biblioteca, sem recursos tecnológicos, sem papel sulfite, sem papel higiênico, a escola de giz e lousa.

Mas, mesmo com todas essas contradições, os alunos estão lá, todos os dias. Não vão para serem agredidos violentamente com armas em seu peito, os pais e seus responsáveis não enviam seus filhos para irem buscá-los na delegacia de polícia.

Encerramos essa nota, saudando o professor que com coragem e humanidade se defrontou com o policial armado protegendo seus alunos, pois nós também não saímos de casa todos os dias para resolver problemas como esse.

Sabemos que o nosso cotidiano é repleto de conflitos, porém tentar resolvê-los por fora da alçada pedagógica e educacional reforça a ideia errônea, que vem ganhando cada vez mais adeptos, de que militarizar as escolas e a sociedade resolverá todos os problemas sociais e econômicos que vivemos, é uma falácia.

A escola não pode reproduzir a violência e a repressão. Estamos convictos de que as nossas armas são os livros.

Exigimos que sejam apuradas as denúncias dos abusos da PM (agressão e condução coercitiva) e que sejam atendidas as reivindicações dos estudantes através do diálogo pautado na democracia, ainda que, fragilizada.

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

**COORDENAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA – CONEDEP**  
**MOÇÃO DE APOIO**

O III Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília/DF, no período de 12 a 14 de abril de 2019, presta apoio e solidariedade internacionalistas à greve geral convocada no próximo dia 30 de abril pelas três centrais sindicais combativas contra o ajuste salarial, o aumento do gás e da eletricidade, a reforma trabalhista e da previdência de Macri e do FMI.

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO**

O III Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília/DF, no período de 12 a 14 de abril de 2019, presta apoio e solidariedade internacionalistas à luta do movimento de mulheres na Argentina pela aprovação da lei de interrupção voluntária de gravidez, educação sexual integral nas escolas e nas universidades.

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOCIÓN DE APOYO**

El III Encontro Nacional de Educação por um Projecto Classista e Democrático, realizado en la ciudad de Brasilia, Brasil, se solidariza con la lucha de la Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación y el Magisterio Democrático de México, en su lucha por defender educación pública, democrática el SNTE y construir una sociedad democrática con justicia social.

Respalda su exigência de abrogación de la reforma neoliberal de despojo de derechos, privatización del conocimiento, la ciencia e la cultura.

En esta lucha no están solos. Viva la solidaridad internacional!

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO AO PROFESSOR EVANDRO MEDEIROS DA UNIFESSPA E DE REPÚDIO À AÇÃO CRIMINALIZADORA DA VALE**

Os educadores, estudantes, lideranças sindicais e de movimentos sociais, reunidos no III Encontro Nacional de Educação no período de 12 a 14 de abril de 2019, vêm a público manifestar apoio ao Professor Evandro Medeiros da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (UNIFESSPA), que vem sendo política e juridicamente perseguido pela mineradora Vale S/A desde o ano de 2015.

O Professor Evandro Medeiros é um educador comprometido com as causas sociais de seu tempo histórico, que em sua trajetória político-pedagógica tem se dedicado à construção de um projeto de educação crítica, pública, gratuita, laica e emancipatória a serviço da classe trabalhadora. Como educador do povo, o Professor Evandro participa ativamente nas lutas sociais da classe trabalhadora, em especial, dos camponeses e das camponesas.

O processo de criminalização do Professor Evandro Medeiros, por parte da Vale S/A, iniciou como represália à sua participação em uma manifestação organizada por diversos atores sociais contra a ação criminosa da Vale em Mariana-MG, que resultou na morte de diversas pessoas, na destruição de rios e florestas e comprometendo as condições de vida de milhares de camponeses e camponesas que habitam as regiões da bacia hidrográfica do Rio Doce. Na época, a Vale acusou o Professor Evandro de ter liderado a manifestação que teria acarretado em prejuízos à empresa por obstrução dos trilhos por onde passa o trem da Vale S.A. No entanto, a justiça inocentou o Professor Evandro por falta de provas do fato acusado. A Vale S.A contestou a decisão e entrou com um novo processo, que foi acatado pelo Ministério Público.

A ação da Vale S.A se insere em um contexto de criminalização dos movimentos sociais e de lideranças populares como forma de intimidação das lutas sociais. Para além das acusações que constam no processo, a ação da vale expressa uma perseguição a lideranças populares, educadores, pesquisadores que têm constantemente denunciado e enfrentado as atividades criminosas da Vale S.A. que afetam a vida de milhares de camponesas e camponeses. O Professor Evandro, juntamente com sua companheira Alexandra Duarte tem trabalhado na produção cinematográfica que vem denunciando os diversos crimes e mentiras da Vale S.A, o que nos parece ser, de fato, o real motivo do processo.

Nós, participantes do III ENE, defendemos a liberdade de manifestação, nos solidarizamos ao Professor Evandro Medeiros e repudiamos a ação acusatória da Vale S.A e do Ministério Público em ter acatado tal acusação e afirmamos: Professor Evandro não é criminoso, criminosa é a Vale!

**Coordenação Nacional em Defesa da Educação Pública – CONEDEP**

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO**

O III Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília/DF, no período de 12 a 14 de abril de 2019, presta apoio e solidariedade internacionalistas aos e às docentes da CONADU Histórica, em luta por aumento de salários e do orçamento para a educação, ciência e tecnologia. Elas e eles estão lutando contra o conjunto das reformas do governo de Mauricio Macri ditadas pelo FMI que ataca a previdência, as leis trabalhistas e o setor de educação pública.

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO**

O III Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília/DF, no período de 12 a 14 de abril de 2019, presta apoio e solidariedade internacionalista ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação da França em greve no dia 9 de maio de 2019 contra as reformas Blanquer.

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO**

O III Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília/DF, no período de 12 a 14 de abril de 2019, presta apoio e solidariedade internacionalistas aos e às docentes do Chaco (Argentina) em luta por salários dignos.

Brasília (DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOS PROFESSORES E MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL NA UESC, UEFS, UESB, UNEB**

Os participantes do III ENE - Encontro Nacional de Educação - por um projeto classista e democrático de educação, reunidos em Brasília nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2019, vêm a público manifestar seu apoio à greve dos/das professores da UESC, UESB, UEFS e professores/as e estudantes da UNEB, deflagrada em assembleia nos dias 04 e 10.04.2019, devido aos ataques aos direitos dos/das professores/as e às universidades estaduais baianas. Somente em 2018, o governo Rui Costa (PT) cortou 81 milhões dos recursos das universidades.

Somos solidários às lutas dos docentes das universidades estaduais e reconhecemos a importância da pauta da greve docente que contempla os seguintes pontos: respeito aos Direitos trabalhistas (promoções, progressões e alterações de regime de trabalho); reajuste salarial pois há quatro anos não há recomposição da inflação (perdas que ultrapassam os 25%); aumento da alíquota previdenciária de 12 para 14%; Alteração do Estatuto do Magistério Superior que retirou a possibilidade de redução da carga horária dos docentes com Dedicção Exclusiva; diminuição em 50% do repasse do governo do estado da Bahia (200 milhões) ao Planserv - (Plano de Saúde do Servidor Público do Estado da Bahia), o que acarreta em que 80% dos recursos do Planserv sejam custeados pelos próprios servidores; contingenciamento orçamentário:



desde 2012, o movimento docente reivindica o aumento do repasse orçamentário do Estado para 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Para o ano de 2019, o orçamento previsto é de 4,54% da RLI.

Apoiamos o movimento estudantil, que se coloca em luta na defesa da educação pública, contra o contingenciamento de verbas, denunciando as limitações do programa estadual de permanência "Mais futuro" e pautando a revogação das cláusulas que comprometem a permanência das e dos estudantes como, por exemplo, o cancelamento da bolsa quando o/a discente perde ou tranca mais de duas disciplinas, assim como quando mulheres mães entram em licença maternidade. O movimento estudantil coloca-se também contra a mudança do Estatuto do Magistério Superior Estadual, que atinge diretamente a pesquisa/extensão.

Dessa forma, nos somamos à reivindicação de que o governo do estado da Bahia negocie com os segmentos a pauta de reivindicações docente e estudantil.

Por um projeto classista e democrático de educação

Pela garantia dos direitos trabalhistas, orçamento e reposição salarial

Por assistência e permanência estudantil que contemple as demandas dos/as estudantes

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

### **MOÇÃO PELA LIBERDADE IMEDIATA DO COMPANHEIRO DANIEL RUIZ**

Daniel Ruiz, reconhecido líder sindical petroleiro da região de Chubut, da direção do PSTU Argentino e da Liga Internacional dos Trabalhadores, foi arbitrariamente preso no dia 29/9. Esta prisão faz parte do processo de perseguição à Sebastián Romero, pela sua participação na luta dos trabalhadores argentinos contra a reforma da previdência em 18 de dezembro de 2017.

Mais uma vez, o governo Macri persegue e prende aqueles que lutam ao lado dos trabalhadores e do povo. O companheiro Daniel acompanhava a luta heroica dos trabalhadores do estaleiro do Rio Santiago, na mobilização e nas ações que pressionaram contra o ajuste de Macri e Vidal. Também participava ativamente da organização dos protestos contra a reunião do G20 que acontecera em Buenos Aires no início de dezembro de 2018.

Esta é a justiça que hoje detém Daniel Ruiz. A polícia revistou sua casa e foi detido na divisão de ameaças públicas e intimidações, na capital federal da Argentina. Daniel Ruiz está sendo preso pela sua incansável luta contra a aplicação das reformas trabalhista e previdenciária!

O III Encontro nacional de educação repudia firmemente a arbitrariedade e a prisão de Daniel Ruiz e exige sua imediata libertação. Chamamos ainda ao firme apoio e solidariedade todas as organizações sociais, sindicatos, partidos políticos e organizações de direitos humanos para denunciar esse fato e se somar na luta pela libertação imediata de Daniel Ruiz.

– **Abaixo a Repressão!**

– **Pelo fim das perseguições políticas aos lutadores e ativistas sindicais na Argentina, em particular ao companheiro Sebastian Romero!**

– **Pela imediata libertação do companheiro Daniel Ruiz!**

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.

## **MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO WELLINGTON DIAS (PT), QUE DESTRÓI O ENSINO PÚBLICO NO PIAUÍ E SUCATEIA A UESPI**

A UESPI já está em greve a mais de 15 dias. Professores e estudantes paralisaram suas atividades, pois recusam ver a “UESPI MORRER” devido os ajustes fiscais e cortes de verbas feitos pelo governo Wellington Dias (PT), transferindo recursos aos banqueiros por meio da dívida da pública.

O III ENE repudia a postura desse governo e exige a imediata negociação e concessão às reivindicações dos professores e estudantes da UESPI.

Moção de repúdio ao desrespeito à democracia na UniRio

A democracia nas universidades, institutos e demais instituições públicas de ensino é uma luta histórica das comunidades acadêmicas, marcada por importantes conquistas como o respeito às consultas internas para direções e reitorias.

A ameaça de retrocessos nesta área, porém, é evidente. Como observamos, agora, no processo de escolha do próximo reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). O colégio eleitoral desta instituição desrespeitou o resultado da consulta à comunidade universitária e aprovou uma lista tríplice, a ser enviada ao Ministério da Educação, encabeçada por alguém que nem sequer participou do processo democrático de pesquisa do qual participaram quase quatro mil estudantes, técnicos-administrativos e docentes.

O fato de ter sido a primeira vez, desde a redemocratização do país, na qual o colégio eleitoral desta universidade vai contra o resultado da consulta democrática parece estar em lamentável sintonia com as constantes ameaças do governo Jair Bolsonaro à autonomia e ao próprio funcionamento das universidades, institutos e colégios federais.

É também revelador que o candidato que encabeça ilegitimamente a lista tríplice seja justamente o atual vice-reitor, professor Ricardo Silva Cardoso, que exerce hoje tal cargo justamente porque respeitou-se ao longo de três décadas os resultados das consultas à comunidade acadêmica.

O III Encontro Nacional de Educação repudia esse verdadeiro golpe contra a democracia nas universidades e se solidariza com a luta de estudantes, docentes e técnicos da UniRio para que a democracia interna seja respeitada e o reitor legitimamente eleito, empossado

Brasília(DF), 14 de abril de 2019.